



salte-se que as requerentes não apresentaram dados que permitissem analisar o impacto da medida *antidumping* nos preços de capa ou no faturamento das revistas que utilizam o papel LWC.

Quanto à questão de qualidade, verificou-se que a indústria nacional não produz papel LWC com alvura superior a 82% (segundo informações do catálogo da Stora Enso). Todavia, as informações fornecidas para a análise de substituíbilidade do produto não permitem concluir que haja diferenças significativas de qualidade entre o papel nacional e o importado.

3. Conclusão

Do exposto, verifica-se não haver elementos para suspender o direito *antidumping* em vigor pela Resolução CAMEX nº 25, de 19 de abril de 2012, aplicado às importações brasileiras de papel LWC provenientes dos EUA, Finlândia, Suécia, Alemanha, Bélgica e Canadá.

RESOLUÇÃO Nº 30, DE 9 DE ABRIL DE 2013

Nega provimento ao pedido de reconsideração face à Resolução CAMEX nº 87, de 5 de dezembro de 2012.

O CONSELHO DE MINISTROS DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR - CAMEX no exercício da competência conferida pelo art. 2º, inciso XV do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003,

CONSIDERANDO o contido na Nota Técnica nº 016/2013/CGMC/DECOM/SECEX do Departamento de Defesa Comercial da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, resolve:

Art. 1º Negar provimento ao pedido de reconsideração apresentado pela empresa Vet Freight Comércio Internacional Ltda. face à Resolução CAMEX nº 87, de 5 de dezembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União em 6 de dezembro de 2012.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 31, DE 9 DE ABRIL DE 2013

Nega provimento ao pedido de reconsideração face à Resolução CAMEX nº 87, de 5 de dezembro de 2012.

O CONSELHO DE MINISTROS DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR - CAMEX no exercício da competência conferida pelo art. 2º, inciso XV do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003,

CONSIDERANDO o contido na Nota Técnica nº 015/2013/CGMC/DECOM/SECEX do Departamento de Defesa Comercial da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, resolve:

Art. 1º Negar provimento aos pedidos de reconsideração apresentados pelas empresas Proinox Brasil Ltda.; St. James Industrial Ltda.; Full-Fit Indústria, Importação e Comércio Ltda.; e Rojemac Importação e Exportação Ltda. face à Resolução CAMEX nº 87, de 5 de dezembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União em 6 de dezembro de 2012.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 32, DE 9 DE ABRIL DE 2013

Altera o art. 1º da Resolução CAMEX nº 50, de 2010.

O CONSELHO DE MINISTROS DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR - CAMEX, no exercício da competência conferida pelo inciso I e § 2º do art. 2º do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, e tendo em vista o disposto no art. 136 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, resolve:

Art. 1º O art. 1º da Resolução CAMEX nº 50, de 27 de julho de 2010, alterada pelas Resoluções CAMEX nº 93, de 24 de novembro de 2011, nº 26, de 25 de abril de 2012, nº 71 de 28 de setembro de 2012, e nº 93, de 18 de dezembro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º

II - Ministério das Relações Exteriores:
Titular: Daniela Arruda Benjamin
Suplente: Leandro Rocha de Araujo
Suplente: Joaquim Maurício Fernandes de Moraes". (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL
Presidente do Conselho

CONSELHO DE DEFESA NACIONAL
SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 11, DE 9 DE ABRIL DE 2013

Homologa a Norma Complementar nº 17/IN01/DSIC/GSIPR.

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, na condição de **SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CONSELHO DE DEFESA NACIONAL**, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 4º do Decreto nº 3.505, de 13 de junho de 2000, e o inciso IV do art. 1º do Anexo I do Decreto nº 7.411, de 29 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º Fica homologada a Norma Complementar nº 17/IN01/DSIC/GSIPR que estabelece diretrizes nos contextos de atuação e adequações para profissionais da área de Segurança da Informação e Comunicações (SIC) nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal (APF), direta e indireta.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ELITO CARVALHO SIQUEIRA

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Gabinete de Segurança Institucional
Departamento de Segurança da Informação e Comunicações

ORIGEM
Departamento de Segurança da Informação e Comunicações

REFERÊNCIA LEGAL E NORMATIVA
Decreto nº 3.505, de 13 de junho de 2000.
Instrução Normativa GSI Nº 01 de 13 de junho de 2008 e suas respectivas Normas Complementares publicadas no DOU pelo DSIC/GSIPR.

CAMPO DE APLICAÇÃO
Esta Norma Complementar se aplica no âmbito da Administração Pública Federal, direta e indireta.

SUMÁRIO
1. Objetivo
2. Considerações iniciais
3. Fundamento Legal da Norma Complementar
4. Conceitos e Definições
5. Atuação dos Profissionais da área de SIC
6. Adequações para a Atuação dos Profissionais da área de SIC
7. Vigência
8. Anexos

INFORMAÇÕES ADICIONAIS
Não há

APROVAÇÃO

RAPHAEL MANDARINO JUNIOR
Diretor do Departamento de Segurança da Informação e Comunicações

1 OBJETIVO

Estabelecer diretrizes nos contextos de atuação e adequações para profissionais da área de Segurança da Informação e Comunicações (SIC) nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal (APF), direta e indireta.

2 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As diretrizes nos contextos de atuação e adequações para profissionais da área de SIC na APF declaram o comprometimento da alta direção organizacional com vistas a prover diretrizes estratégicas, responsabilidades, competências e o apoio para implementar a Gestão de SIC nos órgãos, bem como a ampliação do conhecimento de seus profissionais, a troca de experiências, a capacitação e consequente evolução da SIC nos órgãos e entidades da APF. Os anexos desta norma devem ser tomados como recomendações para seu conteúdo, eles não são limitadores para os temas.

3 FUNDAMENTO LEGAL DA NORMA COMPLEMENTAR

Conforme disposto no inciso II do art. 3º da Instrução Normativa nº 01, de 13 de Junho de 2008, do Gabinete de Segurança Institucional, compete ao Departamento de Segurança da Informação e Comunicações - DSIC, estabelecer normas definindo os requisitos metodológicos para implementação da Gestão de SIC pelos órgãos e entidades da APF.

4 CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos desta Norma Complementar são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

Certificações profissionais: processo negociado pelas representações dos setores sociais, pelo qual se identifica, avalia e valida formalmente os conhecimentos, saberes, competências, habilidades e aptidões profissionais desenvolvidos em programas educacionais ou na experiência de trabalho, com o objetivo de promover o acesso, permanência e progressão no mundo do trabalho e o prosseguimento ou conclusão de estudos.

Ativos de informação: os meios de armazenamento, transmissão e processamento da informação; os equipamentos necessários a isso; os sistemas utilizados para tal; os locais onde se encontram esses meios, e também os recursos humanos que a eles têm acesso.

5 ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SIC

Aos profissionais das áreas de SIC recomenda-se:

5.1 Engajar-se na busca pelo conhecimento e promover ações no sentido de consolidar a cultura de SIC.

5.2 Contribuir de forma ativa e constante no processo de melhoria da SIC nos órgãos e entidades da APF em que atuam.

5.3 Buscar o melhor aproveitamento dos recursos e serviços disponíveis.

5.4 Dedicar-se nos processos de formação em nível de capacitação, educação e conscientização, buscando atuar como disseminador das melhores práticas em SIC.

5.5 Buscar a segurança dos ativos de informação.

5.6 Participar e contribuir na busca e compartilhamento do conhecimento, bem como na troca de experiências com outras entidades do governo, participando de grupos de trabalho, listas de discussões e eventos que tratem o tema SIC.

5.7 Buscar o conhecimento multidisciplinar, entendendo que a SIC abrange os contextos estratégico, tático e operacional dos órgãos e entidades da APF em que atuam.

5.8 Agir em conformidade com a legislação vigente, as normas internas e melhores práticas em SIC.

5.9 Empenhar-se para obter certificações profissionais, seguindo preferencialmente as recomendações propostas no ANEXO A.

6 ADEQUAÇÕES PARA A ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SIC

Aos órgãos e entidades da APF, no que tange a SIC recomenda-se:

6.1 Estabelecer ciclo de palestras, seminários, reuniões e outros eventos que contribuam para o constante processo de compartilhamento e absorção do conhecimento nos domínios da SIC.

6.2 Promover a troca de conhecimento e experiências no contexto e domínios de SIC por meio de grupos de trabalho formalmente instituídos, seguindo preferencialmente os temas propostos no ANEXO B.

6.3 Designar, sempre que solicitado, profissionais da área de SIC para integrar os grupos de trabalho citados no item 6.2.

6.4 Designar profissionais da área de SIC para participarem da elaboração do planejamento estratégico e da programação orçamentária do órgão ou entidade a qual mantenham vínculo.

6.5 Estabelecer no planejamento estratégico e tático ações que contemplem os aspectos de formação educacional, retenção e compartilhamento do conhecimento em SIC.

6.6 Prover a capacitação dos profissionais de SIC, em âmbito interno e externo, preferencialmente alinhada às certificações profissionais e aos temas recomendados nos ANEXOS A e B.

6.7 Estabelecer políticas de incentivo ao estudo e à pesquisa, bem como a produção e aquisição de obras literárias e normas técnicas de SIC e áreas correlatas.

7 VIGÊNCIA

Esta Norma entra em vigor na data de sua publicação.

8 ANEXOS

A - CERTIFICAÇÕES RECOMENDADAS PARA PROFISSIONAIS DE SIC

B - LINHAS E TEMAS DE SIC PARA FORMAÇÃO/CAPACITAÇÃO E ATIVIDADES RELACIONADAS AO COMPARTILHAMENTO/TROCA DE CONHECIMENTO